



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data

02/02/2017

Medida Provisória nº 759/2016

Autor

Deputado João Daniel (PT-SE)

Nº do Prontuário

1. Supressiva 2. \_\_\_ Substitutiva 3. X Modificativa 4. **Aditiva** 5. \_\_\_ Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**EMENDA MODIFICATIVA**

O §4º, do Art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, com a redação dada pelo Art. 4º da Medida Provisória nº 759, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.....

§4º O desmatamento que vier a ser considerado irregular no lote objeto da regularização fundiária durante a vigência das cláusulas resolutivas, no âmbito de processo administrativo em que tiverem sido assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório, implica resolução do título de domínio ou do termo de concessão, com a consequente reversão da área em favor da União.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Não faz o menor sentido punir o desmatamento ilegal apenas nas APPs – Áreas de Preservação Permanente e nas áreas de Reserva Legal. O desmatamento ilegal é crime em qualquer parte do imóvel. Esta Emenda visa restabelecer o óbvio.

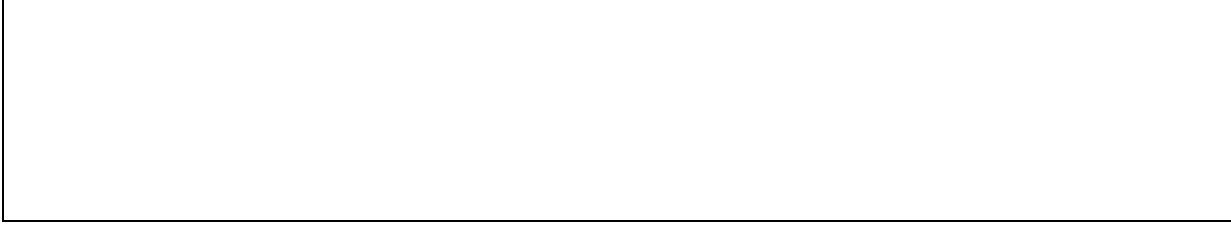
**PARLAMENTAR**

Deputado JOÃO DANIEL

PT/SE



CD/17338.01193-94



CD/17338.01193-94